



## **Avanços e continuidades no uso do conceito de gênero no Tema Transversal – “Orientação Sexual”.**

Erlinda Cristiane Maria da Silva  
(Mestranda em Saúde Coletiva Pelo Instituto de  
Medicina Social - IMS da UERJ)  
Laura Moutinho  
(Profa. Dra. Orientadora)

A noção de que o currículo nos constitui como sujeitos (Silva, 1996) tem trazido para a discussão do processo de escolarização os aspectos subjetivos e identitários aos quais o uso da categoria analítica gênero vem contribuindo para a compreensão e problematização dos aspectos sócio-culturais em nossa sociedade. É “difícil exagerar a importância dessa categoria para a teoria curricular, assim como a dificuldade que circunda a sua utilização. De modo geral, é possível perceber alguns reducionismos em relação ao termo. Todavia, é importante destacar que a partir da constituição desse termo e de sua utilização no âmbito educacional os postulados feministas relativos à educação permitem, por exemplo, basilar a proposta de uma nova perspectiva pedagógica relativa à Orientação

Sexual. Essa perspectiva, segue a crítica ao determinismo biológico subjacente à educação diferenciada para homens e mulheres, bem como a (des)construção de uma identidade de gênero fixa passam a ser algumas das questões centrais dessa proposição. Pesquisadores como Guacira Louro (1998), por exemplo, apontam para os diferentes momentos em que as representações sociais de masculinidade e feminilidade são determinantes em apresentar a escola como um local privilegiado na disseminação do discurso biológico e moral sobre a relação sexo-gênero. Seja na linguagem; na delimitação do espaço, na determinação de quem pode falar, quando se fala e o que se fala, bem como no mutismo sobre essas questões e suas conseqüências na (re)produção cultural.

Neste sentido, no que se refere ao currículo e, especificamente, aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a apresentação da proposta de “Orientação Sexual” incorporando a noção de gênero surge, num primeiro momento, como um avanço. Entretanto, um olhar mais acurado sobre os embates teóricos referentes ao uso do termo gênero precisa ser focalizado no âmbito educacional de modo a identificar avanços e continuidades nessa proposta. cuja relação entre sexualidade e gênero são destacadas e (re)produzidas.

Enquanto uma categoria útil de análise histórica da estrutura social e dos símbolos aí instaurados, gostaria de destacar que a coerência na utilização dos conceitos pelos pesquisadores em suas diferentes áreas do conhecimento é considerada por Bourdieu (1989) um aspecto imprescindível ao *habitus científico*. Em relação ao termo aqui analisado, devo salientar, portanto, que existem diferentes formas de concebê-lo. E que suas diferentes definições constituem um

conjunto de noções que informam interesses e necessidades construídas em momentos históricos específicos.

Neste sentido, uma das questões presentes na literatura sobre o tema e que é relevante destacar é que, gênero traz uma reflexão sobre a abordagem dos estudos relativo às mulheres e à relação dominação e subordinação em que se encontram. Existem formas distintas de conceber esta relação. Colocando sobre essa discussão a relativização de uma totalização do discurso feminino, assim como da própria polarização entre os sexos. Michele Rosaldo (1979), Judith Butler (1987) e Sherry B. Ortner (1979), apontam para a universalidade da concepção binária das diferenças sexuais como construção histórico-social. Estas autoras trazem uma série de argumentos teórico-conceituais sobre a relação sexo-gênero e a subordinação feminina<sup>1</sup>, enfatizando a necessidade de distinguir sexo, gênero e sexualidade e ao mesmo tempo, atentar para aquilo que Judith Butler chamou de *aparato social da censura da sexualidade, através da censura do gênero*.

A revisão da literatura sobre o tema sexualidade permite-nos identificar a inter-relação desse tema com as questões de gênero, assim como a presença daquilo que Foucault chamou de “dispositivos” de controle dos corpos na sociedade. A “explosão discursiva” da última década relacionada às questões tais como identidade e diferença, envolve entre outras coisas, a incorporação e o uso de termos que remetem a um processo de elaboração teórico-conceitual que subsiste a lutas políticas. A década de noventa foi sem dúvida nenhuma um período de “explosão discursiva” sobre as diferenças sociais,

---

<sup>1</sup> Nessa discussão os pontos principais são a relação entre dualismo tais como: natureza/cultura, público/privado.

culturais e sexuais de um modo geral. A atuação acadêmica de movimentos organizados de mulheres, negros e homossexuais têm somado esforços na discussão de demandas e afirmação de um espaço no âmbito das políticas sociais no Brasil. No campo educacional essas questões vêm sendo abordadas, sobretudo, após a reforma curricular ocorrida em meados dessa década.

Desse ponto de vista, é imprescindível ter em mente que como diz Carole Vance (1995), na sociedade moderna a discussão acerca do tema sexualidade é uma área simbólica e política ativamente disputada, em que grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais. Para essa autora, “o crescimento do interesse estatal em regular a sexualidade (e o correspondente declínio do controle religioso) transformou, nos séculos XIX e XX, às áreas legislativas e de políticas públicas em campos particularmente atraentes para as lutas políticas e teóricas em torno da sexualidade” (p.15). E, como apontaram Foucault (1985), Áries (1989), Costa (1989), Louro, (1998;1999;2001) e Vance (1995) a escola é um espaço historicamente privilegiado na articulação entre conhecimento e poder, para onde coincidiria os interesses do Estado aos da medicina<sup>2</sup>.

Vários são os estudos que enfatizam a relevância da categoria gênero no âmbito da teoria curricular. Entretanto, como argumenta a pesquisadora Fúlvia Rosemberg (2001), a produção acadêmica referente ao termo ainda é restrita. O debate referente à feminização do magistério e ao sexismo na escola é que tem impulsionado tal produção. A preocupação central desse trabalho é apontar as tensões presentes na proposição e a apropriação desse termo no contexto político-social.

Desde que foi proposta como categoria de análise histórica por Joan Scott (1995<sup>3</sup>), gênero tem sido um termo utilizado no campo educacional como forma

---

<sup>2</sup> Para uma análise do caso brasileiro, ver: “Ordem Médica e Norma Familiar” no Brasil do século XIX de Jurandir Costa Freire. Para uma crítica à posição adotada pelo autor ver: Marilena Souza Patto, *Cadernos de Saúde Pública* (1992). Para uma revisão acerca dos Paradigmas da Medicina ver: Madel Terezinha Luz (1986, 1990, 1997).

<sup>3</sup> Data da primeira tradução no Brasil.

de reivindicação política. Assim, são contestados sexismos, preconceitos, discriminações.

Outro ponto interessante de ser apresentado antes de apresentarmos a análise aqui empreendida é que, a proposição de um Currículo Nacional vem sendo criticada no âmbito da teoria curricular. A ideia de que tal proposta no contexto sócio-econômico brasileiro evidencia, entre outras coisas, o interesse estatal na reforma a ser elaborada no campo educacional como parte de uma reforma ainda maior no Estado. Muitas das críticas encaminhadas a tal proposição revelam a partir da concepção teóricas pós-estruturalistas a relação estabelecida entre o corpo individual e o corpo social. Todas essas questões foram, de uma certa forma, mais adiante, reunidas sob a perspectiva dos chamados Estudos Culturais que redefiniram, sob a inspiração sobretudo de Michel Foucault, o significado de cultura, de conhecimento e, para aquilo que nos interessa, de currículo. A cultura não era mais o que se recebia como produto pronto, feito, mas a cultura era aquilo mesmo pelo qual se lutava, a cultura era aquilo que se fazia, em meio a relações de poder. O próprio currículo passou a ser visto como um campo de luta em torno da representação.

Do ponto de vista da categoria gênero, é igualmente difícil exagerar o impacto que tiveram sobre a teoria curricular as discussões sobre o pós-modernismo e o pós-estruturalismo. O primeiro contribuiu para denunciar as pretensões de totalização e de uma razão onipotente que davam fundamento ao saber dito “moderno”. O segundo, ao colocar no centro da constituição do cultural e do social, o papel da linguagem, contribuiu para chamar a atenção para o caráter construído de nossos objetos culturais e sociais. Não é preciso detalhar as conseqüências desses desenvolvimentos teóricos mais amplos para uma teoria, como a teoria curricular, que lida justamente com questões de cultura, de conhecimento e de subjetividade.

O campo da teoria curricular é, hoje, mais do que nunca, um campo extremamente dinâmico e atento aos desenvolvimentos teóricos em outros campos. O currículo, pode-se dizer, está no cruzamento desses campos. O que ocorre ali tem impactos imediatos sobre o que ocorre aqui. Assim, apenas para citar um exemplo dessas mais recentes fertilizações cruzadas, as teorias da complexidade e as filosofias da diferença começam a fazer sentir seus efeitos sobre a teoria curricular. Desse modo, a apropriação de um conceito como o de gênero apresenta-se bastante relevante, porque a partir dele, poderemos refletir sobre o modo como estão sendo pensadas e, conseqüentemente, construídas as relações sociais, especificamente, as relações de poder entre homens e mulheres.

O interesse aqui proposto é de apresentar os avanços e as continuidades da Orientação Sexual no que se refere ao seu imbricamento com as questões de gênero.

### **A relação entre Gênero e sexualidade**

Muito embora, o campo aponte para um consenso da idéia de que somos produzidos culturalmente, observamos que a percepção não-biologicista desse sujeito não garante necessariamente o não-essencialismo das diferenças marcadas no corpo e, conseqüentemente, não garante a superação das desigualdades das relações de poder instituídas a partir dessa significação (Laquer, 2000, Vance, 1999). Com isso, o que pretendo destacar e que constitui um dos aspectos relevantes dessa análise é que essa permanência está relacionada à co-existência de reducionismos na apropriação de conceitos que se constituem no debate sobre a relação entre poder e diferença. Um debate cuja polarização e manutenção de binarismos são considerados cruciais, porque engessam e, portanto, (in)viabilizam a efetivação de propostas que se dizem problematizadoras das desigualdades de poder. É nesta medida ainda, que a apropriação dessas categorias se instalam como um problema a ser discutido. O que pretendo dizer é que precisamos nos

perguntar sobre como está definida e/ou como está sendo utilizada cada categoria nos diferentes temas transversais em análise.

Em resumo, como nos chama atenção Carole Vance (in Weeks, 1999), ainda que se utilize a expressão ‘construção social’ esse termo pode ser usado com diferentes sentidos (p.47). E, ainda, que “cada nível de construção social (essencialista, radical ou moderada) aponta para questões e suposições diferentes, possivelmente para métodos diferentes e talvez para respostas diferentes” (idem, p.48).

O interesse pela (re)produção das diferenças de gênero no processo de escolarização no Brasil ganha destaque a partir da proposição dos PCN, quando o termo é inserido com um dos eixos da discussão referente à “Orientação Sexual” na escola. Tal como observam Viana (2004), Altman (2001) e Silva (2002), estes eixos conformam no discurso sobre a sexualidade dois pontos considerados problemas de saúde pública atualmente. Qual seja, a gravidez precoce e a infecção pelo vírus HIV. Ambos marcados pela desigualdade de gênero.

Esse interesse também é destacado a partir das publicações organizadas pela pesquisadora feminista Guacira Louro (1998) que - influenciada pelo trabalho de Joan Scott (1995) – problematiza o peso relativo do termo gênero no debate sobre as desigualdades de poder entre homens e mulheres e o processo de escolarização. Como defende a autora, “meninos e meninas ao longo do período escolar apreendem lições de como cada um deve se comportar, se vestir, andar, falar, se dirigir aos outros, reafirmando e produzindo diferenças” (p.15).

Em seus trabalhos, Guacira (idem), sustenta a idéia de que a escola utiliza-se de símbolos e códigos para delimitar os espaços a serem ocupados, mostrando a todos o que cada um pode ou não fazer, separando e instituindo modelos que devem ou não ser seguidos na produção de diferenças e desigualdades sociais. Utilizando-se da reflexão de Portinari que afirma que “a linguagem não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (p.55), Guacira Louro adverte-nos para o modo como estas desigualdades são evidenciadas e produzidas a partir dos sentidos e significados atribuídos às diferenças sexuais. De acordo com essa autora, há um processo contínuo e sutil de discriminação que

se perpetua nas atividades escolares através do currículo e que precisa ser desvelado<sup>4</sup>. Desse ponto de vista, Como destaca Claudia Vianna e Sandra Unembhaun (2004) os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um grande avanço em relação às políticas de educação.

Estas discussões apresentadas por Louro (1998) sobre o sexismo na escola e a desconstrução do determinismo biológico nas definições do que é ser feminino e ser masculino, trazem para o âmbito da educação outras contribuições que dizem respeito aos estudos feministas e a compreensão da sexualidade como uma questão distinta de sexo e do próprio gênero. Nessa direção, trabalhos como por exemplo, o de Verena Stolke (1991) e Laura Moutinho (2001) citados acima, são cruciais para compreensão e encaminhamento dos objetivos que nos propomos neste projeto. Vê-se que, de modos distintos, estas autoras apontam algumas formas pelas quais a assimetria de poder nas relações sociais são possíveis a partir de uma certa dinâmica de gênero. Uma dinâmica que conforme indicam, é instituída em níveis diferenciados; ou seja, estabelece-se não apenas na polarização dos gêneros masculino e feminino, mas na relação intragênero. Tal percepção possibilitou e possibilita dimensionar como se efetiva a interseção entre o gênero e outras categorias classificatórias tais como a ‘raça’ e sexualidade. Ambas, objetos de proposta maior de pesquisa.

Porém, se voltarmos o olhar para o levantamento da bibliografia sobre esse tema no âmbito da educação as dificuldades são muitas. Da forma como vejo, o “estado da arte” sobre o uso do termo gênero feito por Fúlvia Rosemberg em 2001 foi pouco alterado. Segundo constata essa pesquisadora, a produção sobre gênero no âmbito das políticas educacionais brasileira é ainda escassa e segue a tendência geral das pesquisas quanto à precária divulgação. Ponto crucial dessa produção é que o resultado desse trabalho indica a predominância de alguns temas em detrimento de outros, bem como a centralização na

---

<sup>4</sup>A título de exemplo, pode-se destacar a leitura de Ruth Sabat (2001) da produção cultural como um texto. Para ela, a pedagogia cultural oferece em propagandas infantis um currículo cujas representações do masculino e do feminino permanecem diferenciadas, submetendo as meninas às atividades tidas como femininas e os meninos às atividades tidas como masculina. Esta forma de estruturar as relações sociais é produzida e reproduzida de modo a manter a opressão feminina no setor privado. Do mesmo modo, a interpretação de Festas Religiosas como a Coroação, é feita por Alice Inês de Oliveira e Silva (1989) mostrando que na Pedagogia do Feminino a reprodução de gênero atrelada à religiosidade, a classe na manutenção e projeção do ao status social da família a partir das meninas coroadas.



origem dos trabalhos, indicando que estes estão em sua maior parte em Núcleos de Pesquisa.

Outra questão relevante colocada por Rosemberg (idem) é a tendência temática dentro desse campo. Tendo como ponto de partida a produção acadêmica da pós-graduação em educação registrada na Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED), a autora, indica que além de escassa a produção está concentrada em discussões sobre trabalho e reprodução. Desse ponto de vista, o *adultocêntrismo*, ou seja, a abordagem de aspectos educacionais quase que restritamente nesse âmbito surge como um problema à reflexão sobre os sentidos e significados das questões de gênero nos diferentes níveis de ensino.

Ainda que a contribuição dessas áreas, assim como dos Estudos Feministas neste sentido tenham sido cruciais, o tema gênero/educação tem pouca visibilidade no conjunto de suas publicações. O texto de Helena Altmann (2001) sobre a sexualidade nos PCN é um dos poucos que fogem a essa regra. Segundo a autora, a sexualidade é naturalizada no documento. As “relações de gênero” se apresentam como uma dimensão dessa sexualidade, havendo um destaque considerável para as diferenças entre meninos e meninas que, embora sejam consideradas como social e culturalmente construídas não são problematizadas (p.584).

Visando identificar os avanços e as continuidades relativas à desigualdade de gênero no âmbito escolar, as pesquisadoras Cláudia Vianna e Sandra Unembhaun (2004) fizeram uma importante análise sobre “o gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002”. Tendo como ponto de partida dessa análise a Constituição Federal, as autoras revisam as Leis de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996 e os Plano Nacional de Educação/2001 de modo a mapear os avanços e continuidades em relação à abordagem das desigualdades entre homens e mulheres. Como não poderia deixar de faltar, elas analisam também os

Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente a “Orientação Sexual” e a Ética, já que o documento indica uma co-relação entre eles. Na conclusão das autoras, “as relações de gênero” ficam subsumidas ao discurso geral sobre direitos e valores. Podemos, pois, avaliar as referências dos direitos humanos e a abertura para as demandas organizadas nas políticas públicas como algo positivo. Segundo as pesquisadoras Claudia Viana e Sandra Unbenhaun (2004), “o processo de tornar visível a presença latente do gênero nos PCN não é linear, oscila entre a timidez e o desvelamento” (p.97). Neste documento a ênfase estaria inscrita, primordialmente, na mudança dos papéis sexuais e na igualdade de direitos entre ambos.

Assim, chamo a atenção para uma certa tendência da abordagem de gênero nesse campo, implicando uma curiosa restrição desse debate como uma questão equivalente à desigualdade social da mulher em relação ao homem. Pelo que nos informa Verena Stolke (1991), “a teoria do gênero, pode desafiar essencialismos biológicos anteriores, problematiza e permite uma nova discussão sobre a maneira pela qual os fatos naturais das diferenças entre os sexos são relacionados a formulações de gênero. Simultaneamente, o conceito de gênero como forma sócio-histórica de desigualdade entre homens e mulheres chama a atenção para outras categorias de diferença que se traduzem em desigualdade, tais como raça e classe, e coloca a questão de como elas se cruzam” (p.104).

Embora concorde com os argumentos dessas autoras, neste trabalho, busco identificar centralidades e ausências na abordagem desse tema. Para tanto, parto do princípio que, o termo gênero, enquanto um elemento estruturante das relações sociais, não está presente apenas na “Orientação Sexual” mas nos diferentes temas ali apresentados. A questão a ser verificada aqui é como e quando o documento define e utiliza esse termo.

### **Gênero no Tema Orientação Sexual**

